

Boletim de Conjuntura

Publicação do Instituto de Economia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abril de 1998
Volume 18 - Número 1

- ▶ *A Hora das Estratégias*
- ▶ Câmbio, Juros e as Amarras do Crescimento
- ▶ A Economia Mundial em 1998: Expectativas e Perspectivas
- ▶ Desemprego em Debate

Alexis Toribio Dantas - Antônio Barros de Castro - Caio César Lock Prates da Silveira -
Esther Baker Shashoua - Fernando José Cardim de Carvalho - Francisco Eduardo Pires de Souza -
Margarida Maria Sarmiento Guttierrez - Rogério Studart - Sílvio Sales de Oliveira Silva

EDITORIAL

A HORA DAS ESTRATÉGIAS

Durante a alta inflação os agentes econômicos buscavam fundamentalmente sobreviver, enquanto o governo tratava de evitar a hiperinflação. Viviam-se o dia a dia, como já foi diversas vezes assinalado.

O início da estabilização promovida pelo Plano Real criou pré-condições favoráveis a que o futuro econômico começasse a ser discutido. Não seria válido contudo afirmar que já estavam estabelecidas as condições para que o futuro se tornasse objeto de previsões e programas. Antes de mais nada, porque até o segundo semestre de 95 pairavam dúvidas sobre a própria sorte do Plano Real. Não se sabia, por exemplo, se face a contratempos e desajustes o governo seria capaz de formular e implementar políticas corretivas razoavelmente eficazes. Tampouco se sabia em que medida os capitais externos estariam dispostos a bancar uma experiência que logo se revelou propensa a grandes déficits - e que não contava com o aval do FMI. Por último, mas não menos importante, desconhecia-se a capacidade das empresas aqui sediadas de suportar a concorrência dos produtos importados, decididamente barateados pela abertura e a sobrevalorização cambial.

Ultrapassada a crise de 95, e não obstante os crescentes indícios de consolidação do Plano Real (enquanto plano de estabilização), os contornos da nova situação mantinham-se bastante indefinidos.

Primeiramente, porque o governo voltara a fazer políticas fortemente ativas, seja no plano macroeconômico, seja no referente à assignação de recursos na economia. Neste último, o caso mais notório veio a ser a agressiva proteção concedida ao setor automobilístico. Outros casos, contudo, merecem destaque. Entre eles, por exemplo, o favorecimento das exportações. Estas iniciativas, obviamente imprevisíveis (e, aliás, improváveis à luz do discurso oficial) deixavam claro que as próprias regras do jogo no novo contexto estavam longe de encontrar-se definidas. Em tais condições, salvo para atores capazes de impor condições ao contexto em gestação, continuava sendo muito difícil posicionar-se frente ao futuro.

Uma segunda grande razão para que as opções relativas ao futuro permanecessem basicamente adiadas pode ser assim enunciada. Gigantes internacionais começavam a redefinir sua posição no país - ou nele decidiam pesadamente ingressar. Isto por si só, alterava, em profundidade, as condições de mercado. Mas note-se que ninguém saberia dizer, de início, que estratégias assumiriam estes atores, a partir da base brasileira. Em tais condições, insisto, traçar rumos para o futuro continuava - para a grande maioria das empresas aqui sediadas - a ser algo em boa medida inútil. Mais que isto: as próprias regiões ou estados receptoras dos novos investimentos estavam vivendo momento de intensa mudança sem, contudo, que o seu rumo fosse minimamente visualizado.

Nos anos de 1996 e 1997, e prosseguindo no corrente ano, porém, algumas grandes indefinições foram, parcialmente pelo menos, superadas.

Já se sabe que a estabilização fez-se com o câmbio errado e com uma verdadeira anti-política fiscal. Não cabe dúvidas, contudo, que o governo tomou e continua tomando medidas destinadas a

viabilizar o câmbio (ainda que a elevado custo). Refiro-me à proteção de setores, ao apoio às exportações, à desvalorização por cima da inflação - e, até mesmo, à introdução de medidas de controle administrativo das compras externas. Esta disposição a agir por parte do governo, e a crescente eficiência no uso dos novos equipamentos e insumos por parte das empresas (*learning*), leva a pensar que este múltiplo esforço, na medida em que possa ser sustentado, aponta no sentido da correção gradual do problema externo. No tocante ao problema fiscal, não cabe dúvidas que os resultados são péssimos. A um elevado preço tem-se conseguido, no entanto, que capitais internacionais financiem o desajuste. Não há porque supor que isto será subitamente alterado - salvo na eventualidade de uma grave crise internacional. Por outro lado, é de presumir-se que um próximo governo venha enfrentar seriamente esta questão...

No plano empresarial diversos setores já lograram avançar em programas de reestruturação que - ao custo de grande desemprego e enorme pressão sobre o balanço de pagamentos -, os colocam em condições de sobreviver e, possivelmente, reafirmar-se. Por outro lado, as grandes novidades no que toca a chegada de multinacionais provavelmente já ocorreram. Também já ficou claro que elas dão prioridade à organização *in loco* de suas cadeias de fornecedores - ao invés de recorrer extensivamente a importações. Nessas cadeias, além disso, passam a ditar condições draconianas no referente a preços, e a demandar qualidade “mundial”.

Se fizermos um balanço do que já se definiu no tocante ao Plano, acrescentarmos aquilo que terá de definir-se no início do próximo governo, e ainda a intensa reestruturação verificada entre as empresas, algumas conclusões podem ser arriscadas.

Primeiramente, o que já se definiu é mais importante do que falta por definir-se. Segundo, temos pela frente um período de crescimento severamente contido - pelo estrangulamento externo em que fomos metidos e pela imperiosa necessidade de melhorar o quadro fiscal. Dito de outra maneira é de se esperar, digamos, nos próximos três anos, um crescimento da oferta global (impulsada pela incorporação de equipamentos, a entrada em operação de novas plantas e, genericamente, a crescente capacitação para operar o novo) à frente da demanda global. E isto nos remete a uma outra conclusão: o novo quadro se fará acompanhar de um intenso acirramento da competição. Desta feita, no entanto, a pressão adicional sobre os mercados domésticos será predominantemente exercida por produtores locais.

Em suma, estamos diante de uma definição do quadro atual e de algumas de suas tendências, suficiente para perceber a conveniência, para a economia como um todo, de uma estratégia onde o combate ao estrangulamento externo tenha um papel central. Quanto aos Estados, requerem estratégias de transição da mera atração (a quaisquer custos) de investimentos, para o aproveitamento eficaz das oportunidades criadas pelos (seus) novos ativos - e o abandono de posições tornadas insustentáveis no novo quadro. Quanto às empresas devem buscar as melhores maneiras através das quais poderão suportar a pressão competitiva, individualmente, ou em associação. Óbvio, muitas deverão desaparecer.

Observe-se, por fim, que na medida em que exitosas as estratégias levadas a efeito por estados e empresas, o aumento da eficiência no uso de recursos daí derivado estaria dando substância (ou fazendo a contraface) do ajuste macroeconômico sob responsabilidade do Governo Central. Além disto, na eventualidade de um agravamento da crise internacional - e consequente redução da capacidade de captar recursos externos - as mesmas estratégias tornam-se ainda mais pertinentes.

Antônio Barros de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro